no §1º, do Art. 5º, da Lei 10.028/2000;

III. Envio de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

IV. Ressaltar que o não pagamento do referido valor, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.725, DE 06/12/2016

Processo nº 713352008-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Santarém

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Emmanuel Silva

Ministério Público: Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Santarém. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 359 a 361 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Santarém, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Emmanuel Silva, pelas irregularidades constatadas nos Contratos nºs 29/2008, 34/2008, 35/2008, 36/2008, 37/2008, 38/2008, 39/2008, 001/2008, 008/2008, 006/2008, 061/2008, 12/2008 e 1º TA, 010/2008, 011/2008, 009/2008, 040/2008, 72/2008, 74/2008, 075/2008, 076/2008, 81/2008, 85/2008, 86/2008, 87/2008, 88/2008, 89/2008, 090/2008, 1º TA ao Contrato nº 018/2008, 1º TA ao Contrato nº 004/2008, 1º TA ao Contrato nº 070/2007, 1º TA ao Contrato nº 071/2007, 1º TA ao Contrato nº 034/2008, 1º TA ao Contrato nº 035/2008, 1º TA ao Contrato nº 068/2008, 1º TA ao Contrato nº 098/2008, 1º TA ao Contrato nº 056/2008, 2º TA ao Contrato nº 069/2007, 1º TA ao Contrato nº 076/2008, 1º TA ao Contrato nº 071/2008, 2º TA ao Contrato nº 018/2008, 077/2007 e 1º TA, 1º TA ao Contrato nº 015/2007, 070/2008, 013/2008, 071/2008, 024/2008, 091/2008, 092/2008, 093/2008, 094/2008, 077/2008, 078/2008, 079/2008, 080/2008, 084/2008, 095/2008, 098/2008, 096/2008, 097/2008, 103/2008, 108/2008, 112/2008, 106/2008, 1º TA ao Contrato nº 062/2007, 1º TA ao Contrato nº 039/2007, 1º TA ao Contrato nº 014/2007, 1º TA ao Contrato nº 058/2007, 113/2008 e 002/2008, vez que, embora regularmente citado, o interessado não apresentou defesa;

II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.726, DE 06/12/2016

Processo nº 252222013-00

Origem: FUNDEB de Chaves

Assunto: Prestação de Contas de 2013

Responsável: Edgar Augusto Quadros

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas do FUNDEB de Chaves, exercício de 2013. Pela aprovação com ressalvas das contas, multas e expedição de Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 249 a 252 dos autos.

Decisão: I. Aprovar com ressalvas as contas do FUNDEB de Chaves exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Edgar Augusto Quadros;

II. Expedir em favor do Ordenador de Despesas o Alvará de Quitação no valor de R\$ 38.574.823,45 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento, no prazo de trinta dias, ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA/FUNREAP, dos seguintes valores a título de multa:

. R\$ 1.000,00 (um mil reais), pela remessa intempestiva da Prestação de Contas quadrimestral, com fundamento no Art. 284, I, do RI/TCM/PA;

. R\$ 1.000,00 (um mil reais), ante ao atraso na remessa dos Processos licitatórios e com falhas formais;

. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no Art. 282,

I, “b”, pela não apropriação dos encargos patronais em descumprimento do Art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Art. 35, da Lei nº 4.320/64.

III. Ressaltar que o não pagamento do referido valor, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.745, DE 13/12/2016

PROCESSO Nº 200407873-00

ASSUNTO: Prestação de Contas de Convênio

ÓRGÃO: Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores – FEMECAM

RESPONSÁVEL: José Dutra Costa

INSTRUÇÃO: Auditor Alcimar Lobato da Silva / 3ª Controladoria/TCM

MINISTÉRIO PÚBLICO: Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

RELATORA: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. MÍDIA ENCAMINHADA APRESENTOU ERRO DE LEITURA, NÃO PODENDO SER LIDA PELA DIRETORIA DE INFORMÁTICA/TCM. CONTAS JULGADAS IRREGULARES. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do Senhor José Dutra Costa, Presidente da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores – FEMECAM, referente a recursos recebidos através do Convênio N.º 01/2000, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, em forma de subvenção social, objetivando “o desenvolvimento do Programa Família Saudável e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Município de Belém, adequados às diretrizes dos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em regime especial de mútua cooperação entre a CONVENIENTE e a CONVENIADA, de acordo com o plano de trabalho e o Cronograma Financeiro, os quais constituirão parte integrante deste Convênio. Nestes serão estabelecidos, de maneira circunstanciada, os objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos e a alocação de recursos”, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 100/104.

Decisão: Considerar irregulares as contas prestadas por José Dutra Costa. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.746, DE 13/12/2016

Processo nº 201214493-00

Origem: Prefeitura Municipal de Salinópolis

Assunto: Denúncia

Denunciante: Francisco Damasceno de Souza

Exercício: 2012

Denunciado: Município de Salinópolis

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Denúncia. Prefeitura Municipal de Salinópolis. Exercício 2012. Pela Improcedência da denúncia, ante as razões expostas nos autos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 65 a 67 dos autos.

Decisão: Julgar improcedente a presente denúncia, nos termos do Artigo 294, do RI/TCM/PA, acolhendo a análise técnica procedida, e a manifestação da Representante do Ministério Público.

ACÓRDÃO Nº 29.751, DE 12/12/2016

Processo nº 201503670-00 (1272162013-00)

Origem: Fundo Municipal de Educação de Trairão

Assunto: Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 25.821/14/TCM, referente ao exercício de 2013

Interessada: Maria Regina Pirez – (Ordenadora)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Recurso Ordinário. FME de Trairão. Exercício de 2013.

Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, reformando a decisão recorrida, pela aprovação, com ressalva, das contas. Reduzindo o valor da multa pela não apresentação de extratos bancários e pelo descumprimento do Art. 212, da CF. Dando baixa na multa pela remessa intempestiva da p/c do 1º e 2º quadrimestres. Expedição do Alvará de Quitação, condicionado ao pagamento da diferença referente a atualização do Agente Ordenador, bem como da multa reduzida pelo não envio dos extratos bancários.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 395 a 399 dos autos.

Decisão: I – Conhecer do presente Recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de reformar a decisão recorrida, no sentido de aprovar, com ressalvas, as contas do Fundo Municipal de Educação de Trairão, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de Maria Regina Pirez, ante a manutenção do débito de R\$-1.064,64 (hum mil, sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente a atualização do Agente Ordenador;

II – Reduzir de R\$-5.000,00 (cinco mil reais) para R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a multa remanescente, aplicada pela não apresentação de extratos bancários e pelo descumprimento do Art. 212, da Constituição Federal, considerando que esta última irregularidade jamais existiu;

III – Dar baixa no valor de R\$-3.000,00, correspondente a multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, devido à comprovação de seu pagamento (fis. 309);

IV – Expedir o Alvará de Quitação, condicionado à comprovação de pagamento da diferença de R\$-1.064,64 (hum mil, sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente à atualização do Agente Ordenador, bem como da multa reduzida para R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pelo não envio de extratos bancários.

ACÓRDÃO Nº 29.752, DE 13/12/2016

Processo nº 201313618-00 (201502098-00)

Origem: Secretaria Municipal de Educação de Colares

Assunto: Contrato Temporário

Responsável: Diego de Carvalho Palheta – Prefeito e

Eliene Cristina Mendonça dos Santos – Secretária

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Contratação Temporária. Secretaria Municipal de Saúde de Colares. Exercício de 2013. Pelo registro dos Contratos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão da Relatora, às fls. 266 a 269 dos autos.

Decisão: Registrar os contratos temporários firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de Colares e Emanuel Oliveira Monteiro e outros, para exercerem as funções de Professor (a), auxiliar de merenda, auxiliar de secretaria, motorista, servente, responsável do telecentro, auxiliar de portaria, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de aluno, responsável escolar, vigilante, merendeira, monitor, coordenadora pedagógica, professor de Educação de Jovens e Adultos.

ACÓRDÃO Nº 29.756, DE 13/12/2016

Processo nº 1190012012-00.

Origem: Prefeitura Municipal de Novo Repartimento

Assunto: Prestação de Contas Anuais de Gestão 2012

Responsável: Valmira Alves da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas Anuais de Gestão. Prefeitura Municipal de Novo Repartimento. Exercício de 2012. Pela aprovação com ressalvas das contas, multa e expedição de Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 322 a 325 dos autos.

Decisão: I. Aprovar com ressalvas as Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento, exercício 2012, de responsabilidade da Sra. Valmira Alves da Silva;